

## **SEMINÁRIO DA PGA EM CABO-VERDE**

Apesar de existirem instrumentos regionais adotados nesta sub-região, nomeadamente o Tratado de Bamako e a Convenção da Cedeao, estes demonstraram ser insuficientes para combater o tráfico ilícito de armas na nossa sub-região, devido às realidades destes países.

A importância da participação da Guiné Bissau neste tipo de fóruns, tem a ver com a atual conjuntura do Sahel, onde se demonstra necessária a implementação e cumprimento do Tratado da Organização das Nações Unidas sobre o Comércio de Armas, assinado pela Guiné-Bissau a 26 de Agosto de 2013.

Convém referir que desde a criação da PGA, em 1978, a primeira vez que um representante da Guiné Bissau participou num encontro da Organização Parlamentares para a Ação Global, foi no Seminário de Daar Es Salaam, em Abril deste ano.

Mas sem dúvidas que essa participação proporcionou um impulso nos esforços para alcançar a ratificação do Tratado e a consciencialização da necessidade dos Estados Africanos unirem os esforços no combate à proliferação de armas ilícitas, devido às consequências nefastas que tem sobre a sociedade.

Quero aqui felicitar os esforços desenvolvidos pela PGA e, por esta causa e agradecer o convite que nos foi endereçado pela organização.

Lamentavelmente, dada a atual conjuntura política da Guiné-Bissau, o parlamento não tem podido desenvolver as suas atividades como previsto e por isso não foi possível ainda o agendamento do TCA para sua aprovação.

Mas, apesar da situação política interna na Guiné-Bissau não ter permitido grandes avanços no processo de ratificação do Tratado sobre o Comércio de Armas, desde esse último encontro realizado em Daar Es Salaam, têm sido feitos esforços nesse sentido, pois essa participação permitiu uma maior consciencialização da necessidade dos Estados africanos, sobretudo da nossa sub-região unirem esforços no combate deste flagelo que é o tráfico ilícito de armas.

Entre as recomendações que pude transmitir ao governo saídas do Seminário de Daar Es Salaam, destacam-se:

- 1-A NECESSIDADE DE LUTAR CONTRA O TRÁFICO ILÍCITO DE ARMAS PEQUENAS E LIGEIRAS, AFIM DE TRANSFERIR BOAS PRÁTICAS NA SUB REGIAO E EM ÁFRICA EM GERAL.
- 2- A NECESSIDADE DE REFORÇAR O CONTROLE DESSE TRÁFICO ILÍCITO EM ÁFRICA, ATRAVÉS PARTILHA DE INFORMAÇÕES, COLABORAÇÃO E ELABORAÇÃO DE RECOMENDAÇÕES ENTRE OS PAÍSES PARTICIPANTES.
- 3- INTERCAMBIAR DADOS ATRAVÉS DE EVENTUAIS ACORDOS DE COOPERAÇÃO, SOBRETUDO ENTRE PAÍSES VIZINHOS, DE FORMA ESTABELECEER QUADROS DE COLABORAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇOS.

4- REFORÇAR AS CAPACIDADES DAS COMISSÕES NACIONAIS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL NOS DOMÍNIOS DA LUTA CONTRA O TRÁFICO ILÍCITO DE SAWL.

5- CRIAR MEDIDAS POLÍTICAS, LEGISLATIVAS E ADMINISTRATIVAS PARA GARANTIR A IMPLEMENTAÇÃO DO TCA.

Como referi, o Tratado sobre Comércio de Armas foi assinado pela Guiné-Bissau a 26 de Setembro, mas até à presente data não foi ratificado.

Porém, reconhecendo a necessidade de criação de um Quadro legal interno, que permita controlar o comércio de armas pequenas e ligeiras, por forma a reduzir as suas consequências nefastas na sociedade;

O Conselho de Ministros reunido no dia 03 de Março de 2016, do qual tomei parte enquanto Secretária de Estado da Cooperação Internacional e Comunidades, tomou a deliberação entre outros, de aprovar "ad referendum" o Tratado da Organização das Nações Unidas sobre o Comércio das Armas (TCA).

Essa deliberação resultou da noção de que o TCA é um instrumento de regularização fundamental para garantir a Paz, Segurança e Estabilidade na nossa sub-região.

Uma das formas que o governo tem usado para cumprir com as exigências normativas, é dinamizar a Comissão Nacional, que é o órgão criado para fazer o seguimento da implementação dos instrumentos legais internacionais, tais como o Tratado das Nações Unidas sobre o Comércio das Armas e a Convenção da CEDEAO sobre as Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre, suas munições e outros materiais afins.

Ora, a materialização deste objetivo passa necessariamente pela recolha de todas as pequenas armas ilícitas, ou seja, todas aquelas cujo porte, utilização e fabricação não obedecem as normas internacionais e nacionais sobre a matéria.

Nesse sentido, o Secretariado Permanente da Comissão Nacional de Luta Contra a Proliferação das Armas Ligeiras e de Pequeno calibre (COMNAC), tutelado pelo Ministério da Defesa Nacional e dos Combatentes da Liberdade da Pátria, tem feito também várias diligências para alcançar a ratificação do Tratado.

Está prevista a participação do Secretariado na Conferência dos Estados membros deste Tratado, a realizar-se em Genebra, Suíça, de 22 a 26 de Agosto deste ano, com o objetivo de promover e agilizar a implementação do Tratado pelos seus assinantes.

Por outro lado, a Guiné-Bissau está a preparar a Criação de um Centro Nacional de Coordenação de Mecanismo de Resposta de Alerta Precoce, que permitirá uma maior efetivação e implementação do TCA.

Enquanto parlamentar, que voltei a ser, tenho estado a fazer diligências junto da Direção de Serviços Jurídicos e Consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Comissão Especializada da Assembleia Nacional Popular responsável por esta matéria, no sentido de se agendar com maior brevidade a apresentação do dossier no Parlamento para sua aprovação.

A todos, muito obrigado pela vossa atenção.